

Frente Parlamentar discute reconstrução de estação no Continente Antártico

Mariana Fernandes

A Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Programa Antártico Brasileiro (Proantar) se reuniu, na última quarta-feira (21), no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, para discutir a reconstrução da Estação Brasileira Comandante Ferraz no Continente Antártico. A reconstrução da Estação vai possibilitar dar continuidade às pesquisas nas áreas de biologia, meteorologia, aeronáutica e relações Sol e Terra, que se iniciaram em sua implantação, em 1984, e que só tiveram períodos de descontinuidade devido ao incêndio de grandes proporções que ocorreu em fevereiro de 2012.

A vice-presidente do grupo, deputada federal Maria Helena (PSB-RR), disse que é com o trabalho dos parlamentares que integram a Frente que se conseguiu mais recursos para as pesquisas científicas que acontecem no continente. Além disso, no passado, também conseguiram recursos para a ampliação e modernização das instalações da base brasileira.

“Infelizmente, essa base foi atingida por um incêndio. Precisamos reunir mais parlamentares para garantir recursos para a reconstrução. Hoje, temos apenas R\$ 1 milhão para a pesquisa, que ainda não foi liberado, mas na realidade precisaríamos de R\$ 8 milhões”, explicou a socialista.

A reconstrução da estrutura modular da nova Estação Comandante Ferraz começou em agosto



Arquivo/Agência Brasil

de 2015, na China. A previsão é que ela esteja pronta em março de 2018, quando será concluído o transporte dos módulos para o continente antártico.

O secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, contra-almirante Renato Batista de Melo, contou que o Programa foi criado em 1982, com o objetivo de promover pesquisa e, do ponto de vista político, necessita de apoio para que o trabalho na Antártida possa continuar. “As atividades realizadas lá permitem que o Brasil, no âmbito do Tratado da Antártida, tenha direito a voto e possa decidir pelo futuro do Continente. Isso é muito importante pois, dos 53 países que fazem parte do Tratado, apenas 29 têm direito a voto e o Brasil é um deles”, disse.

O contra-almirante explicou que é realizada uma operação por ano, o que contabiliza 35 anos de operação. E, em cada ano, cerca de 300 pesquisadores realizam estudos na região. A importância do Programa sempre foi defendida pela Frente Parlamentar, que, nos últimos anos, conseguiu a aprovação de emendas ao orçamento com recursos extras para a missão do Brasil na Antártica.

Mais — O Tratado da Antártida foi assinado em Washington DC, capital dos Estados Unidos, em dezembro de 1959, e entrou em vigor em 23 de junho de 1961. O Governo norte-americano é o depositário do Tratado, enquanto a sede permanente da Secretaria do Tratado da Antártida está localizado em Buenos Aires, na Argentina, desde a sua criação em 2004.

Lançamento

Frente em Defesa da Soberania Nacional é lançada na Câmara

2

Reforma Política

Bancada socialista discute reforma com a presença do relator da proposta

3

Conscientização

Leopoldo Meyer quer premiar iniciativas que beneficiem o meio ambiente

4

Lançamento

Odorico é vice-presidente da Frente em Defesa da Soberania Nacional



Para Odorico, colegiado tem importante papel no debate e importante tema para a Nação

Rhafael Padilha

Deputados e senadores lançaram, na quarta-feira (21), a Frente Parlamentar Mista pela Soberania Nacional. O grupo criado por sugestão do deputado Patrus Ananias (PT-MG), tem como presidente e vice-presidente o senador Roberto Requião (PMDB-PR) e o deputado Odorico Monteiro (PSB-CE), respectivamente.

A comissão executiva conta com a participação de 201 deputados e 18 senadores de diversos partidos (PCdoB, Psol, PDT e PSB).

A Frente tem, entre suas principais iniciativas, a defesa da exploração do petróleo, a preparação das Forças Armadas na defesa da soberania do País, a luta por uma política externa independente e um sistema tributário mais justo. Na opinião do socialista Odorico, o colegiado presta mais um excelente serviço ao Brasil ao discutir e debater um tema de grande interesse da Nação.

“Quero reforçar a preocupação do colegiado de como a falta de grandes projetos nacionais podem influenciar na nossa soberania. São exemplos a tecnologia para produção ferroviária, produção de química farmacêutica fina e a janela da inteligência artificial. Esses conhecimentos são importantes para dar continuidade no debate dentro desta Casa”, argumentou.

Odorico Monteiro afirmou estar convencido de que todo o poder emana do povo, um dos manifestos da soberania nacional. “Não vejo outra maneira de sair dessa crise política e econômica se não for com a participação popular em todos os aspectos.”

Um dos manifestos da Frente define que a soberania nacional não pode ser limitada por políticas ocasionais que comprometam e que dificultam a autodeterminação do Brasil e sua capacidade de resistir a tentativas de interferência externa.

Curtas



Está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nesta terça-feira (27), o Projeto de Lei nº 7.057/10 do deputado **Hugo Leal (PSB-RJ)**, que prevê a idade máxima de dez anos para a frota de ônibus interestadual em circulação. O PL altera a Lei que criou a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A idade limite do veículo, de acordo com a proposta, será contada a partir da data do primeiro emplacamento. O socialista justifica que o transporte rodoviário representa cerca de 96% dos deslocamentos de passageiros e muitas empresas não se preocupam com o bem-estar de seus usuários. “Em muitos casos, passageiros são obrigados a viajar em veículos velhos, desconfortáveis, inseguros e ultrapassados”, acrescenta.



De acordo com o Projeto de Lei nº 7.897/2017 apresentado pelo deputado **Luciano Ducci (PSB-PR)**, será permitido incluir despesas com medicamentos entre aquelas passíveis de dedução da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas. A proposta altera a Lei nº 9.250/1995. A legislação em vigor prevê a dedutibilidade de despesas com saúde do contribuinte e de seus dependentes, a fim de ajustar a incidência do tributo à capacidade contributiva do sujeito passivo. “A dedutibilidade das despesas com saúde se justifica pelo caráter essencial na manutenção das condições para o contribuinte gerar renda, ao lhe possibilitar o adequado tratamento de saúde e de seus dependentes”, argumenta o parlamentar.

Acompanhe as últimas novidades do PSB também pelo nosso site.



Como fazer?

Instale um leitor de QR Code no seu smartphone, Ipad ou Ipod Touch; Com o leitor, posicione o celular a centímetros de distância do código até que ele visualize toda a barra; Fotografe o código e espere a página abrir no seu navegador.

Reforma Política

Bancada do PSB debate pontos principais com relator da proposta

Rhafael Padilha

A bancada do PSB na Câmara se reuniu, na última semana, com o deputado Vicente Cândido (PT-SP), relator da Comissão Especial da Reforma Política.

O objetivo do encontro, conduzido pela líder da legenda, deputada Tereza Cristina (MS), foi debater as regras eleitorais, o sistema eleitoral e o financiamento público e privado de campanhas.

Na opinião da líder socialista, esses são os três pontos básicos para fechar questão em relação à votação da Reforma Política. “Tivemos uma conversa proveitosa onde Vicente pôde colocar vários pontos de sua relatoria para serem debatidos por nossa bancada.”

Acreditamos que esses três pontos básicos são importantes para mostrar mudanças significativas à população, além do modelo Distritão [eleição apenas dos mais votados segundo um sistema majoritário]”, explicou a líder.



Segundo líder do PSB, pontos básicos da reforma demonstram mudança significativa à população

O texto de Vicente Cândido, apresentado à Comissão Especial de Reforma Política, sugere mudanças nas principais leis eleitorais (Lei das Eleições, Lei dos Partidos Políticos, Lei de Inelegibilidade e Código Eleitoral). Ele abordou diversos outros pontos como prisão arbitrária de candidatos e eleitores, Refis, divulgação de pesquisas, democracia direta e eleições municipais. “Precisamos sinalizar para a população que estamos mudando e queremos mudar para melhor”, afirmou.

Financiamento — Para financiar as campanhas eleitorais, será criado o Fundo Especial de Financiamento da Democracia (FFD), que não se confunde com o Fundo Partidário, que será mantido.

O FFD será distribuído e fiscalizado pela Justiça Eleitoral e financiará todos os candidatos, independentemente de partido ou cargo em disputa. Os recursos serão incluídos na lei orçamentária do ano do pleito.

Saúde

Paulo Foletto cobra revisão de valores da Tabela do SUS

Tatyana Vendramini

Em discurso na Tribuna da Câmara, na terça-feira (20), o deputado Paulo Foletto (PSB-ES) cobrou a revisão da chamada Tabela SUS (Sistema Único de Saúde). Nela, constam valores de referência para pagamento dos serviços prestados por estabelecimentos conveniados e filantrópicos que atendem a rede pública de saúde.

Foletto, que ainda participou de audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família sobre o assunto, lamentou que muitos hospitais já não conseguem prestar os serviços adequadamente. “É simples constatar que, se não houver uma nova metodologia de

precificação dos serviços médicos e hospitalares pagos pelo Sistema, muitos hospitais entrarão em colapso e muitos serviços deixarão de ser atendidos.”

Para o socialista, o Ministério da Saúde precisa realizar debates mais concretos com entidades envolvidas. Ele lembrou da importância do SUS para um país como o Brasil, com tantos problemas estruturais, mas reiterou a necessidade de constante revisão para que seja possível suprir a demanda da população.

“Precisamos sair do campo do debate e ir para a prática. Há muito se discute essa defasagem e, até agora, nada prático foi realizado.



Segundo Foletto, o valor do repasse está defasado

Enquanto isso, a saúde pública no País continua caótica”, criticou Foletto ao ressaltar que existem valores estabelecidos pelo SUS que não cobrem o custo de vários procedimentos.

Conscientização

Meyer quer premiar iniciativas que prestigiem o meio ambiente



Marcelo Bessoni

O deputado federal Leopoldo Meyer (PSB-PR) encaminhou ao Poder Executivo a Indicação nº 3.552/2017, na qual sugere ao Ministério do Meio Ambiente que crie Campanha Nacional de Educação Florestal. O documento também sugere premiação de reconhecimento a pessoas físicas e jurídicas que se destaquem nessa área.

Segundo o parlamentar, a Lei 9.795/1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, determina que o Poder Executivo adote iniciativas de educação ambiental e que apoie ações nessa área. “A educação ambiental não se trata apenas de disciplina, conteúdo ou tema a ser tratado no âmbito das escolas, mas também fora delas, em todos os processos educativos, inclu-

sive em ambientes de trabalho e em campanhas de esclarecimento dos poderes públicos junto à população”, destaca.

Ainda de acordo com o parlamentar, as populações mais vinculadas ao meio rural e às unidades de conservação têm suas demandas de educação ambiental relativamente pouco atendidas. “Não podemos excluir a sociedade em geral, que também precisa conhecer essa realidade e as especificidades da proteção ambiental a espaços não urbanos, para além da temática dos resíduos”, completa.

Para o socialista, a adoção de campanhas de educação florestal e premiações de iniciativas relevantes nessa seara, consiste, conforme legislação vigente, em obrigação legal do Poder Executivo, mas que precisa ser posta em prática com maior ênfase.

Para Leopoldo, é importante reconhecer as ações

Audiência Pública

Janete propõe realização de debates em defesa da Amazônia

Moreno Nobre

Dois requerimentos da deputada Janete Capiberibe (PSB-AP) foram aprovados na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, na última semana. Em uma das solicitações para realização de audiências públicas, a parlamentar quer debater sobre programas de pós-graduação e políticas públicas para a formação e fixação de doutores na Amazônia. Na outra, o assunto é a exploração de petróleo, também naquela região.

Janete explica que as condições de infraestrutura desses cursos beiram a precariedade, o que dificulta o interesse de pesquisadores a permanecerem na Região Norte. Com o número reduzido de doutores, as instituições de ensino superior têm dificuldades em abrir programas de pós-graduação e não conseguem captar recursos



Socialista foi a autora de dois requerimentos

para melhorar sua infraestrutura de pesquisa.

Para mudar essa realidade, a socialista acredita que são necessárias medidas radicais de infraestrutura, investimentos e políticas

públicas que atraiam e fixem doutores na região. “O Governo precisa trabalhar com uma política específica voltada para a Amazônia e, assim, melhorar as condições de pesquisa, fazendo que haja desenvolvimento científico e tecnológico para atingir as mesmas condições das demais regiões brasileiras”, comenta.

Com relação à discussão sobre exploração de petróleo, a parlamentar conta que uma empresa francesa pretende iniciar suas atividades na região em alguns meses. No entanto, em expedições, pesquisadores confirmaram a existência de recifes na Amazônia. Para garantir a preservação do bioma e verificar a melhor forma de exploração do local a deputada solicitou o debate. “A Região é o lar de uma incrível biodiversidade e de comunidades que dependem desse ecossistema e que devem ser preservadas”, finaliza.